

Petróleo Presidente da estatal diz que Preço de Paridade de Importação não será único parâmetro

Prates defende regras flexíveis para dividendos da Petrobras

Gabriela Ruddy, Fábio Couto e Rafael Rosas
Do Rio

Um dia depois de a Petrobras anunciar o pagamento de R\$ 35,8 bilhões em remuneração aos acionistas, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, defendeu na quinta-feira (2) flexibilizar a distribuição de dividendos. Na visão do executivo, o retorno aos investidores deveria ter uma regra "um pouco solta": "Quanto mais flexibilidade, melhor", disse.

Na véspera, o conselho de administração da estatal, com o voto favorável de Prates, deu sinal verde ao robusto dividendo do 4º trimestre, o que elevou o montante aprovado, referente a 2022, para R\$ 215,7 bilhões, correspondente a 114% do lucro líquido e a 105% do fluxo de caixa livre da empresa no ano passado, segundo cálculos do próprio CEO da Petrobras.

A justificativa de Prates para votar a favor da remuneração, foi a necessidade de cumprir a atual regra de pagamento de dividendos da estatal. Essa regra prevê que, quando a empresa tiver endividamento bruto inferior a US\$ 65 bilhões, a companhia poderá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos. A política também prevê a possibilidade de pagamento de dividendos extraordinários desde que não afete a sustentabilidade financeira da companhia. "Fui orientado pelo presidente [Lula] a cumprir a regra", disse, na primeira coletiva após assumir o cargo em janeiro.

Outra bandeira do presidente Lula, a política de preços da Petrobras, também foi alvo de críticas de Prates. A Petrobras segue, desde 2016, o Preço de Paridade de Importação (PPI) que atrela os preços dos derivados ao mercado doméstico às cotações internacionais do petróleo. Considera ainda as variações da taxa de câmbio. "O PPI deixa de ser o único parâmetro [de preços]", disse Prates. O executivo afirmou que a companhia pretende praticar preços que lhe permitam ganhar fatia de mercado. A abertura do setor de petróleo, nos anos 2000, com base em arcabouço legal, permitiu que importadores e refinadores entrassem no mercado competindo com a Petrobras. Demorou a acontecer, mas, embora a estatal continue dominante, outros agentes passaram a disputar mercado com a estatal.

Prates questionou se, para o acionista foi bom perder fatia de mercado porque o importador entrou. "Temos que ter o melhor preço para conquistar e manter meu cliente. Vamos disputar cada lugar que tiver cliente para o meu com-



Jean Paul Prates, CEO da Petrobras: executivo disse ter sido orientado pelo presidente Lula a cumprir a regra atual de remuneração aos acionistas da estatal

bustível", disse. Ele também disse que, quando o presidente Lula fala em "abrasileirar" os preços dos combustíveis, ele quer dizer que o valor do derivado ao consumidor tem que ter ligação com o mercado nacional: "É o preço de cada mercado disposto a pagar por aquele produto. Lula não disse em qualquer momento que o preço ia se desgarrar da referência internacional", disse o CEO da Petrobras.

PT e governo são críticos dos altos dividendos pagos pela estatal, embora a União seja beneficiária

Fontes ligadas à estatal dizem que até o momento não chegou à alta administração da empresa qualquer discussão sobre mudanças no PPI. "A discussão [para eventuais mudanças no PPI] está no PT", disse uma fonte da companhia. Prates afirmou que o preço dos combustíveis será definido por produto e de acordo com as condições dos clientes. "É um preço comercial como qualquer outro."

O PT e o governo Lula são críticos não só do PPI mas também dos altos pagamentos de dividendos feitos pela Petrobras, embora a União, controladora da empresa, seja uma das principais beneficiárias dos recursos. Dos R\$ 35,8 bi-

lhões aprovados para distribuição aos acionistas, referentes ao quarto trimestre de 2022, R\$ 13,1 bilhões vão para o grupo de controle da companhia, que inclui a União, o BNDES e a BNDESPar. Ontem Lula voltou a criticar o pagamento de dividendos pela empresa.

Em 2022, a Petrobras pagou volume recorde de R\$ 279 bilhões em tributos e R\$ 72 bilhões em dividendos ao governo federal, afirmou ontem o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Rodrigo Araújo, ao comentar os resultados financeiros da empresa no quarto trimestre.

O valor proposto pelo conselho em termos de dividendos referentes ao quarto trimestre de 2022 ultrapassa a fórmula da política de remuneração aos acionistas em R\$ 6,5 bilhões. Isso fez com que o colegiado aprovasse, mais uma vez com apoio de Prates, proposta para criar uma reserva estatutária com parte dos R\$ 35,8 bilhões de dividendos, que serão pagos em duas parcelas (maio e junho). O objetivo da reserva é guardar recursos que poderiam ser usados para investimento em projetos ou pagamento futuro de dividendos.

"Hoje a empresa não tem uma lógica para o uso desse dinheiro. Vai ter que quebrar a cabeça para ver qual será o uso que quer dar", disse fonte próxima da estatal. A constatação é que hoje a

Petrobras gera muito caixa e não tem o que fazer com ele, por isso a proposta da diretoria atual de distribuir os recursos.

Caberá aos acionistas da Petrobras, reunidos em assembleia em 27 de abril, aprovar a proposta da diretoria da empresa, referendada pelo conselho, envolvendo a distribuição de dividendos e a reserva. "Propusemos, com vários conselheiros, não só eu, de cumprir a regra [com a criação do colchão estatutário]. A assembleia de acionistas vai ser soberana", disse Prates.

A tendência é que a União, com os quase 37% que detém no capital da empresa, aprove a proposta de remuneração aos acionistas e a criação da reserva estatutária. O que fica em aberto é se pode haver uma nova disputa entre a ala política do governo e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em relação à Petrobras. Em janeiro, o ministro acabou vencido pela ala política em proposta para reonerar os combustíveis, o que acabou acontecendo só esta semana. Agora Haddad pode, eventualmente, querer lutar por mais dividendos dada a necessidade de fechar as contas públicas e dar sinais de compromisso de ajuste fiscal.

Nesse caso, a União poderia votar, na AGO, para não criar a reserva estatutária e fazer com que os R\$ 35,8 bilhões sejam distribuídos como dividendos. Se a reserva for aprovada, a remuneração cai para R\$ 29,3 bilhões. Nas assembleias da Petrobras,

a União vota via Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). É a PGFN que diz, na assembleia, como o governo quer agir. "A proposta de criar a reserva foi uma forma salomônica de dizer como vai distribuir [o dividendo]. É como se dissessem: 'Tem isso aqui [de recursos], se quiser um pouco mais ou menos, dá seu jeito aí'. É isso que foi feito [ao propor a criação da reserva]", disse um interlocutor da companhia.

Ao falar com analistas de bancos ontem pela manhã, Prates também sinalizou novas possíveis áreas de investimento pela empresa. Hoje, enquanto a nova diretoria e conselho não assumem, a diretoria da Petrobras, em termos de investimentos, continua sendo o Plano de Negócios 2023-2027, aprovado no fim do governo Bolsonaro. Ele informou que a nova diretoria deve assumir no fim de março. Segundo ele, a Petrobras vai analisar a possibilidade de voltar a investir em fertilizantes e petroquímica, dois setores dos quais saiu nos últimos anos e que não têm investimentos previstos no plano de negócios atual. O executivo afirmou que o investimento em petroquímica pode ser uma forma de prolongar o fluxo de caixa no setor de óleo e gás.

Ele disse que há "boas oportunidades" na petroquímica. E sinalizou que a estatal pode olhar novas oportunidades internacionais. "Não vamos fazer loucuras, tudo terá origem em uma equipe técnica e nas conversas com investidores."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Empresas Caderno: B Página: 1